

## **Pensar as novas problemáticas educacionais em uma perspectiva internacional.**

### **Eje 2: Las políticas de combate y/o de prevención alrededor de las nuevas problemáticas educativas**

#### **DESCENTRALIZANDO POLÍTICAS, PROFISIONALIZANDO JOVENS**

O presente trabalho propõe-se a investigar o Programa de Aprendizagem Profissional, no contexto da descentralização do Estado e da ampliação da presença das organizações da sociedade civil nas políticas públicas de juventude, analisando as trajetórias, os modelos de gestão e as estratégias das organizações para implementarem o programa, as concepções e finalidades das atividades formativas, sustentadas pelos gestores do Programa.

O Programa de Aprendizagem Profissional está inserido no âmbito das políticas de juventude do governo federal, nas ações direcionadas à qualificação profissional e à geração de emprego e renda. O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, é o responsável por este programa, estabelece as suas diretrizes e fiscaliza as empresas na contratação dos jovens, e as entidades na formação profissional dos jovens.

Do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho, a Lei da Aprendizagem visa a minimizar as atividades informais e aumentar as possibilidades de empregos legalizados para jovens ingressantes no mercado de trabalho. A proposta é de que, enquanto o jovem aprende uma profissão e o

---

<sup>1</sup>Graduado em Ciências Sociais (Unisinos), Mestre em Ciências Sociais (PUCRS), Doutorando em Ciências Sociais (PUCRS), Brasil.

funcionamento da vida corporativa, a organização compromete-se a oferecer qualificação profissional a um iniciante que, ao final de um ou dois anos, deverá estar apto a ingressar definitivamente no seu quadro de pessoal.

Estudos apontam que a falta de experiência é o principal entrave para que os jovens consigam ingressar no mercado de trabalho . A Lei da Aprendizagem propõe superar esse problema por meio de um contrato especial de trabalho, que possibilite aos jovens compatibilizar formação profissional teórica e experiênciaprática de trabalho . Além disso , a política de aprendizagem visa a resolver um dos principais dilemas das políticas de inserção social de jovens de baixa renda , que seria garantir ao jovem a obtenção de renda sem comprometer a possibilidade de continuar seu processo formativo

Para realizar a pesquisa, entrevistei gestores de três organizações da sociedade civil, além da experiência como profissional do terceiro setor, participei de fóruns, congressos, visitei as organizações, analisamos materiais sobre a história da organização, relatórios de atividades e materiais didáticos dos cursos.

Identificamos, ao longo do trabalho que, embora tenham origens e trajetórias diversas, as organizações da sociedade civil que executam o Programa de Aprendizagem Profissional passaram, todas, por um processo de reconfiguração para se adequarem às necessidades e às demandas do Ministério do Trabalho e Emprego para operacionalizar o programa. Estas ações de adequação produziram resultados diversos e expressam as dificuldades específicas de cada organização.

Mesmo com diferenças tão significativas nas trajetórias das organizações, nas estruturas e nos seus objetivos, identificamos que, na sua execução prática, o Programa de Aprendizagem Profissional adquire alguma similaridade. Nas três organizações estudadas, os gestores reproduzem uma visão de que as políticas públicas e das ações dirigidas aos jovens de classe popular, reforçam noções muito presentes no senso comum, tais como: a percepção do jovem de baixa renda como problema social; a ideia de que o tempo livre deve ser necessariamente ocupado para evitar que esses jovens se envolvam com as drogas e com o crime; de que os jovens pobres devem trabalhar desde cedo, sem terem tempo de se preparar para enfrentar a vida

adulta, sem direito à moratória juvenil que a classe média oferece aos seus filhos. Mesmo com o avanço nas diretrizes gerais da Política Nacional de Juventude, na prática, a garantia do reconhecimento do jovem como um sujeito de direitos, ainda está distante na execução das políticas públicas.

Constatamos que a descentralização oportunizou que organizações com diferentes trajetórias e origens executassem uma política pública, o que produziu uma diversidade de modelos de gestão presentes na operacionalização do programa. Mas, ao contrário do que seria de esperar, as compreensões e os significados da política pública para a juventude adquirem feições muito semelhantes, mesmo quando executada por organizações tão distintas. Essa constatação reforça a percepção de que, da necessidade de se mudar o sentido da própria política, colocando em questão os significados e visões que ela reproduz, nas diferentes esferas, e redefinindo as finalidades de um programa de formação profissional para jovens pobres, da envergadura do Programa de Aprendizagem Profissional que foi o alvo deste estudo.